

EDUCAÇÃO
V.13 • N.2 • 2026 • Publicação Contínua

ISSN Digital: 2316-3828
ISSN Impresso: 2316-333X
DOI: 10.17564/2316-3828.2026v13n2p153-169



INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA PARA UM TRABALHO INCLUSIVO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JAPARATUBA/SE

PSYCHOPEDAGOGICAL INTERVENTION FOR INCLUSIVE WORK: AN
EXPERIENCE REPORT IN THE MUNICIPAL EDUCATION NETWORK
OF JAPARATUBA/SE

INTERVENCIÓN PSICOPEDAGÓGICA PARA EL TRABAJO
INCLUSIVO: UN RELATO DE EXPERIENCIA EN LA RED MUNICIPAL
DE EDUCACIÓN DE JAPARATUBA/SE

Tisciana Sandra Melo Lima¹
Advanusia Santos Silva de Oliveira²
Andrea Karla Ferreira Nunes³

RESUMO

O presente estudo investiga a atuação do psicopedagogo no contexto escolar municipal, com ênfase na Educação Infantil, destacando sua contribuição para a aprendizagem, inclusão e desenvolvimento integral das crianças, bem como para a formação docente e fortalecimento da parceria escola-família. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, que envolveu observações em sala de aula, entrevistas com professores e familiares e acompanhamento das trajetórias escolares das crianças. As principais atividades desenvolvidas incluíram: (1) acompanhamento das trajetórias de vida e escolarização; (2) participação em reuniões de formação docente; e (3) encontros com as famílias. Os resultados evidenciam que a intervenção psicopedagógica favoreceu o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e comportamental das crianças, ampliou a corresponsabilidade dos pais, fortaleceu a colaboração entre docentes e contribuiu para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Embora tenham sido observados avanços significativos, desafios como a limitação de recursos e a sobrecarga docente destacam a necessidade de políticas públicas consistentes. Conclui-se que a psicopedagogia escolar atua de maneira integrada, articulando teoria, prática, família e comunidade, e se configura como estratégia essencial para a prevenção do fracasso escolar e a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Infantil; Formação Docente; Inclusão; Parceria Família-Escola; Psicopedagogia Escolar.

ABSTRACT

This study investigates the role of the educational psychologist in the municipal school context, with an emphasis on Early Childhood Education, highlighting their contribution to children's learning, inclusion, and holistic development, as well as to teacher training and the strengthening of the school-family partnership. This is a qualitative, descriptive study that involved classroom observations, interviews with teachers and family members, and monitoring of children's educational trajectories. The main activities included: (1) monitoring life and schooling trajectories; (2) participation in teacher training meetings; and (3) meetings with families. The results indicate that the psychopedagogical intervention promoted cognitive, socioemotional, and behavioral development in children, increased parental involvement, strengthened collaboration among teachers, and contributed to the implementation of inclusive pedagogical practices. Despite significant progress, challenges such as limited resources and teacher workload underscore the need for consistent public policies. It is concluded that school psychopedagogy operates in an integrated manner, connecting theory, practice, family, and community, and is essential for preventing school failure and promoting inclusive, quality education.

KEYWORDS

Early Childhood Education; Teacher Training; Inclusion; Family-School Partnership; School Psychopedagogy.

RESUMEN

Este estudio investiga el papel del psicopedagogo en el contexto escolar municipal, con énfasis en la Educación Infantil, destacando su contribución al aprendizaje, la inclusión y el desarrollo integral de los niños, así como a la formación docente y al fortalecimiento de la alianza escuela-familia. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter descriptivo, que incluyó observaciones en el aula, entrevistas con docentes y familiares, y seguimiento de las trayectorias escolares de los niños. Las principales actividades desarrolladas incluyeron: (1) seguimiento de las trayectorias de vida y escolarización; (2) participación en reuniones de formación docente; y (3) encuentros con las familias. Los resultados evidencian que la intervención psicopedagógica favoreció el desarrollo cognitivo, socioemocional y conductual de los niños, amplió la corresponsabilidad de los padres, fortaleció la colaboración entre los docentes y contribuyó a la implementación de prácticas pedagógicas inclusivas. A pesar de los avances significativos, desafíos como la limitación de recursos y la sobrecarga de los docentes resaltan la necesidad de políticas públicas consistentes. Se concluye que la psicopedagogía escolar actúa de manera integrada, articulando teoría, práctica, familia y comunidad, y se configura

como uma estratégia essencial para la prevención del fracaso escolar y la promoción de una educación inclusiva y de calidad.

PALABRAS CLAVE

Educación Infantil; Formación de Profesores; Inclusión; Asociación Familia-Escuela; Psicopedagogía Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A escola constitui uma das instituições mais significativas na vida de qualquer indivíduo, desempenhando papel central não apenas na formação acadêmica, mas também na socialização, no desenvolvimento emocional e psicossocial da criança. Desde a infância até a adolescência, a escola representa o primeiro contato estruturado com o conhecimento formal, oferecendo oportunidades para desenvolver habilidades cognitivas, socioemocionais e comportamentais, essenciais para a inserção social e para a construção da autonomia e da identidade do sujeito (Fernández, 2001; Vygotsky, 1991).

É nesse espaço que a criança aprende a ler, escrever, resolver problemas, interagir com os pares e compreender regras, valores e normas sociais, consolidando competências fundamentais para sua vida presente e futura. Além disso, a escola atua como agente de socialização e cidadania, sendo palco para a construção de valores éticos e morais, bem como para o desenvolvimento de habilidades de convivência, comunicação e cooperação, que influenciam diretamente a formação da identidade e do protagonismo infantil.

Entretanto, a trajetória escolar nem sempre ocorre de forma homogênea. Crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, transtornos do desenvolvimento ou condições socioeconômicas desfavoráveis frequentemente encontram barreiras que vão além do conteúdo curricular. Por exemplo, um aluno com dislexia pode desenvolver frustração intensa ao enfrentar tarefas de leitura sem o suporte adequado, enquanto uma criança com TDAH pode apresentar dificuldades de concentração e organização, afetando sua participação em atividades coletivas e seu rendimento acadêmico.

Além disso, crianças em contextos familiares de vulnerabilidade social podem ter acesso limitado a recursos educativos em casa, reduzindo oportunidades de aprendizagem e reforçando desigualdades (Grassi, 2013; Pichon, 1988). Sem o suporte necessário, esses alunos correm o risco de frustração, desmotivação e exclusão escolar, comprometendo não apenas seu desempenho acadêmico, mas também seu desenvolvimento integral.

No Brasil, a legislação educacional estabelece diretrizes claras para garantir o acesso e a permanência de todos os estudantes na escola, com especial atenção às crianças com necessidades educacionais especiais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Decreto nº 7.611/2011 destacam a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da formação

continuada de professores e da eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e comunicacionais. Apesar dos avanços normativos, a realidade prática ainda apresenta desafios significativos, como insuficiência de infraestrutura, carência de profissionais especializados e lacunas na implementação de práticas inclusivas, revelando a distância entre direitos assegurados e sua efetivação concreta.

No município de Japaratuba, em Sergipe, esses desafios se refletem na distribuição e funcionamento das unidades escolares. A rede municipal conta com 26 escolas, sendo 21 na zona rural e cinco na zona urbana, além de duas escolas estaduais e três privadas, atendendo 2.753 estudantes, dos quais 56 apresentam alguma deficiência e estão inseridos na rede regular (QEDU, 2022).

Para atender essa demanda, o município disponibiliza o AEE por meio das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que oferecem recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras à aprendizagem. Embora introduzidas em 2013, apenas três dessas salas estão atualmente ativas, evidenciando a necessidade de expansão e fortalecimento desses serviços especializados (Brasil, 2010). A situação demonstra que políticas inclusivas não se limitam à legislação, sendo necessária a implementação de práticas pedagógicas articuladas, adaptáveis e sensíveis às necessidades individuais dos alunos.

Nesse contexto, a Psicopedagogia emerge como um campo estratégico para compreensão, prevenção e intervenção nas dificuldades de aprendizagem, integrando saberes da Psicologia e da Pedagogia (Mendes, 1998 *apud* Pitombo, 2004; Di Santo, 2007). A Psicopedagogia busca compreender o sujeito em sua totalidade, considerando aspectos cognitivos, emocionais, sociais e culturais que influenciam o processo de aprendizagem. A aprendizagem é um processo contínuo, dinâmico e interdependente do amadurecimento cerebral, das interações sociais e dos estímulos do meio, variando de acordo com a experiência individual (Krieger, 2013). Portanto, dificuldades de aprendizagem não devem ser entendidas como falhas escolares ou deficiência docente, mas como resultados de múltiplos fatores contextuais, muitas vezes invisíveis em sala de aula (Krieger, 2013; Morandi, 2008).

A Psicopedagogia institucional, enquanto abordagem preventiva e promotora, amplia o alcance da intervenção psicopedagógica, orientando a comunidade escolar na construção de práticas pedagógicas inclusivas, adaptativas e participativas (Pichon, 1988; Claro, 2018). O psicopedagogo atua na identificação das potencialidades e dificuldades de cada aluno, promovendo estratégias que favoreçam a aprendizagem, a autoestima, a motivação e o protagonismo estudantil (Pitombo, 2004; Bossa, 2007). Por meio de ações específicas, como adaptação de atividades, uso de recursos pedagógicos diferenciados e tecnologias assistivas, o profissional contribui para reduzir barreiras à aprendizagem e garantir que cada estudante alcance seu potencial.

A atuação do psicopedagogo escolar também envolve mediação de conflitos, acompanhamento das trajetórias individuais, planejamento estratégico e orientação quanto ao uso de recursos pedagógicos diferenciados e tecnologias assistivas. Ao promover um ambiente de aprendizagem que respeite diferenças e valorize a diversidade, o profissional contribui para reduzir o fracasso escolar, prevenir a evasão e garantir a inclusão social e educacional dos alunos (Di Santo, 2007; Souza, Silva; Fantacini, 2016).

Outro aspecto central é o vínculo com a família, uma vez que a participação familiar influencia diretamente o desempenho escolar, a motivação e o bem-estar emocional da criança (Grassi, 2013; Pichon, 1988). Nesse sentido, o psicopedagogo atua como mediador e orientador, fortalecendo o di-

álogo entre escola e família, promovendo estratégias educativas no contexto domiciliar e garantindo a continuidade do aprendizado para além da sala de aula.

Diante desse panorama, o presente estudo tem como objetivo analisar a atuação do psicopedagogo no contexto escolar municipal, com ênfase na Educação Infantil, evidenciando sua contribuição para a aprendizagem, a inclusão e o desenvolvimento integral das crianças, bem como para a formação docente e o fortalecimento da parceria família-escola. Pretende-se, ainda, demonstrar como a Psicopedagogia, enquanto campo de intervenção e pesquisa, pode consolidar práticas educativas participativas, contextualizadas e inclusivas, ampliar os horizontes do processo de ensino-aprendizagem e subsidiar políticas públicas mais eficazes, assegurando que o direito à educação se efetive de maneira equitativa, transformadora e sustentável (Nogaro *et al.*, 2014; Pitombo, 2004).

A perspectiva é que, por meio de intervenções psicopedagógicas estratégicas e integradas, seja possível promover não apenas o sucesso acadêmico, mas também o desenvolvimento integral, a cidadania ativa e a valorização da diversidade, transformando a escola em um espaço de aprendizado, acolhimento e realização para todos os estudantes.

2 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, voltada para compreender a experiência de intervenção psicopedagógica em uma escola municipal de Educação Infantil. A pesquisa qualitativa permite apreender a complexidade das relações humanas, considerando significados, valores, atitudes e práticas sociais, elementos que não podem ser reduzidos a medidas quantitativas (Minayo, 2014). Nesse sentido, os fenômenos humanos são analisados como parte integrante da realidade social, permitindo que os sujeitos interpretem e construam suas ações a partir de experiências concretas vividas.

A abordagem descritiva busca detalhar os fatos e fenômenos observados, promovendo uma compreensão aprofundada da dinâmica escolar, das interações entre crianças, professores e famílias, e das práticas pedagógicas e psicopedagógicas desenvolvidas no cotidiano da escola. Esta perspectiva enfatiza não apenas a descrição objetiva, mas também a interpretação crítica dos dados coletados, contribuindo para a compreensão da realidade educacional local e fornecendo subsídios para intervenções mais significativas (Gil, 2008).

O estudo foi realizado em uma escola municipal de Educação Infantil localizada em um município do estado de Sergipe, no período de seis meses, atendendo aproximadamente 30 crianças com idades entre 0 e 6 anos. Essa faixa etária foi escolhida devido à sua relevância no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, período em que se consolidam habilidades essenciais para a aprendizagem, socialização e construção de competências emocionais e sociais (Krieger, 2013; Morandi, 2008; Vygotsky, 1991).

Todas as crianças participantes pertencem à Educação Infantil, regularmente matriculadas na instituição. A seleção foi realizada a partir de critérios previamente definidos pela equipe escolar e pela pesquisadora, considerando a diversidade etária, o histórico de aprendizagem, o perfil socioeconômi-

co e a presença ou ausência de necessidades educacionais especiais. Foram priorizadas crianças que apresentavam indícios de dificuldades de aprendizagem ou de socialização, de modo a representar a pluralidade do contexto escolar e possibilitar a observação de diferentes trajetórias de desenvolvimento. Essa escolha foi validada junto à equipe pedagógica da escola e à Coordenação de Educação Especial, garantindo o alinhamento com os princípios da inclusão e da equidade educacional.

A participação das famílias foi considerada fundamental para o desenvolvimento e acompanhamento da intervenção psicopedagógica, reconhecendo seu papel central como parceiras no processo de aprendizagem e socialização. O envolvimento ocorreu por meio de reuniões coletivas, encontros formativos e oficinas temáticas, nos quais os responsáveis compartilharam percepções sobre o comportamento e o progresso das crianças, além de participarem na construção conjunta de estratégias de apoio pedagógico e emocional em casa e na escola. Durante todo o processo, manteve-se um diálogo contínuo entre a pesquisadora, as famílias e a equipe escolar, favorecendo a corresponsabilidade educativa e o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade (Fernández, 2001; Souza, Silva; Fantacini, 2016).

A equipe gestora, composta pela diretora, coordenadora pedagógica e coordenadora da Educação Especial, teve participação direta em todas as etapas do estudo. Três gestoras integraram o grupo de acompanhamento da pesquisa, atuando desde o planejamento inicial até a avaliação dos resultados, com funções específicas: a diretora articulou a logística institucional, a coordenadora pedagógica acompanhou a execução das atividades junto aos professores, e a coordenadora da Educação Especial promoveu a interface com as políticas públicas e o apoio técnico especializado. Esse envolvimento ativo fortaleceu o caráter colaborativo do estudo e assegurou o alinhamento entre a gestão escolar e a prática psicopedagógica.

As ações psicopedagógicas foram desenvolvidas em visitas semanais, com frequência de uma a duas vezes por semana, conforme as demandas observadas em cada turma. Entre as atividades realizadas destacam-se observações sistemáticas em sala de aula, entrevistas semiestruturadas com professores e familiares, rodas de conversa com educadores, planejamento e execução de atividades pedagógicas adaptadas, bem como registros descritivos em diários de campo e atas de reunião.

O planejamento das ações de intervenção foi estruturado em quatro etapas interdependentes:

- (1) Diagnóstico situacional e levantamento das necessidades das crianças e do corpo docente;
- (2) Elaboração dos Planos de Ensino Individualizados (PEI), com base nas observações iniciais e nos relatos dos professores e familiares;
- (3) Implementação das estratégias psicopedagógicas, incluindo acompanhamento das atividades em sala, mediações individuais e momentos de formação docente;
- (4) Avaliação processual e replanejamento coletivo, com reuniões de devolutiva junto à equipe escolar e às famílias.

Cada etapa foi realizada em consonância com os objetivos do estudo, permitindo que teoria e prática se articulassem de modo coerente e reflexivo.

O acompanhamento contínuo permitiu uma análise processual da aprendizagem das crianças, identificando fatores que pudessem interferir em seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. As reuniões

semanais entre a pesquisadora e a Coordenação de Educação Especial possibilitaram o compartilhamento de experiências, o planejamento conjunto e a adequação das estratégias de intervenção às necessidades observadas, fortalecendo a rede municipal de apoio à inclusão (Almeida, 2007; Nóvoa, 2002).

A análise dos dados coletados seguiu técnicas qualitativas, incluindo análise temática e categorial, triangulação de fontes e interpretação contextualizada (Bardin, 2011; Minayo, 2014). A leitura e releitura sistemática dos diários de campo, entrevistas e observações possibilitou a identificação de categorias centrais e subcategorias, tais como trajetórias de aprendizagem, participação docente, envolvimento familiar, práticas inclusivas e barreiras institucionais. A interpretação buscou compreender os significados atribuídos pelos participantes e o impacto da intervenção psicopedagógica na construção de práticas educativas mais inclusivas, evidenciando a relação entre teoria e prática na atuação do psicopedagogo escolar (Pitombo, 2004; Bossa, 2007).

No que se refere à análise comparativa internacional, a pesquisa incorporou esse elemento de forma referencial e bibliográfica, a partir de revisão de literatura especializada e estudo de práticas psicopedagógicas documentadas em contextos internacionais – como Canadá, Finlândia e Austrália – países reconhecidos por políticas consolidadas de educação inclusiva (Florian; Black-Hawkins, 2011).

A análise consistiu em confrontar essas experiências teóricas com as práticas observadas localmente, identificando aproximações e desafios na adaptação de estratégias como o uso de tecnologia assistiva, os PEIs e as metodologias colaborativas, sempre respeitando as especificidades do contexto brasileiro. Não se tratou, portanto, de uma comparação empírica direta, mas de uma reflexão teórico-analítica que enriqueceu as discussões e fundamentou as interpretações dos resultados.

No âmbito nacional, a atuação do psicopedagogo escolar está em consonância com políticas públicas e legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que enfatizam a inclusão, a equidade e a garantia do direito à aprendizagem significativa.

A metodologia adotada evidencia que as práticas relatadas não constituem um modelo padrão ou definitivo, mas estratégias situadas, adaptadas à realidade específica da escola estudada. Ao articular teoria e prática, formação continuada, participação familiar e desenvolvimento integral da criança, a pesquisa reforça a importância da psicopedagogia escolar na prevenção de dificuldades de aprendizagem, na promoção de processos educativos inclusivos e na consolidação de práticas pedagógicas significativas na Educação Infantil.

Adicionalmente, o estudo considerou aspectos relacionados ao neurodesenvolvimento infantil, reconhecendo que a maturação cerebral, o desenvolvimento da atenção, memória, linguagem e funções executivas influenciam diretamente a aprendizagem (Krieger, 2013). Ao observar e registrar o comportamento e as respostas cognitivas das crianças, o psicopedagogo pôde identificar indicadores de necessidade de intervenção precoce, contribuindo para estratégias mais assertivas e individualizadas. Essa integração entre neurociência, pedagogia e psicologia reforça a complexidade do trabalho psicopedagógico e a necessidade de uma atuação multidimensional, capaz de intervir tanto em nível cognitivo quanto socioemocional.

Aspectos éticos e metodológicos adicionais foram considerados, incluindo a obtenção de consentimento informado dos responsáveis legais, garantia de anonimato e confidencialidade dos dados, e respeito às especificidades de cada criança. A pesquisa também adotou uma postura reflexiva, permitindo ajustes contínuos nas estratégias de intervenção conforme as necessidades identificadas em sala de aula. O monitoramento longitudinal permitiu avaliar progressos ao longo do tempo, identificar padrões de aprendizagem e ajustar intervenções conforme o desenvolvimento individual de cada criança.

A pesquisa incorporou ainda uma análise crítica sobre a formação docente, observando a necessidade de capacitação continuada em educação inclusiva e psicopedagogia escolar. As observações destacaram que professores, quando apoiados e orientados pelo psicopedagogo, demonstram maior confiança para implementar estratégias adaptativas, utilizar recursos pedagógicos diferenciados e integrar tecnologias assistivas, ampliando a efetividade da aprendizagem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A intervenção psicopedagógica realizada na escola municipal de Educação Infantil permitiu identificar e analisar diferentes dimensões do processo de aprendizagem, evidenciando a importância de ações integradas que considerem simultaneamente crianças, famílias e professores. O acompanhamento das trajetórias de vida e escolarização das crianças mostrou-se essencial para compreender não apenas suas dificuldades cognitivas, mas também os aspectos socioemocionais, culturais e contextuais que influenciam o aprendizado.

A análise de prontuários escolares, registros de matrícula e entrevistas com familiares possibilitou mapear fatores de risco e proteção, incluindo condições de moradia, composição familiar, histórico de saúde, experiências prévias de aprendizagem e situações de vulnerabilidade social, corroborando o entendimento de que a aprendizagem é influenciada por múltiplos fatores e não se restringe ao desempenho em sala de aula (Fernández, 2001; Morandi, 2008; Vygotsky, 1991).

Nos diferentes momentos de interação – reuniões de formação docente, encontros com familiares e acompanhamento das atividades em sala – foram coletados registros distintos e complementares, que subsidiaram a análise. Especificamente: (a) nas reuniões de formação docente, foram produzidas atas e relatórios de reunião, registros de presença e anotações da pesquisadora sobre as intervenções e estratégias sugeridas pelos professores; (b) nos encontros com as famílias, coletaram-se atas, notas de campo e fichas de acompanhamento familiar, além de transcrições de entrevistas semiestruturadas, nas quais os responsáveis relataram percepções sobre o desenvolvimento dos filhos; e (c) no acompanhamento das atividades com as crianças, utilizaram-se protocolos de observação sistemática (focando participação, interação social e desempenho em tarefas), diários de campo e registros de atividades adaptadas.

Esses diferentes tipos de dados permitiram a triangulação entre o discurso dos participantes, as observações diretas e os registros institucionais, fortalecendo a validade dos achados.

O acompanhamento sistemático evidenciou que crianças com necessidades educativas especiais, quando observadas individualmente e acompanhadas com estratégias adaptadas, apresentaram

avanços significativos na participação em atividades coletivas, na interação social com colegas e no desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioemocionais e comportamentais. A atuação do psicopedagogo, em articulação contínua com professores e coordenadores, permitiu planejar atividades contextualizadas que valorizassem o potencial de cada aluno, fortalecendo não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a autoestima, a autonomia e a capacidade de cooperação.

Tal abordagem segue a perspectiva sociointeracionista defendida por Pitombo (2004), segundo a qual o foco deve estar na identificação das capacidades potenciais do estudante e na construção de intervenções significativas, evitando a patologização das dificuldades. Observou-se ainda que práticas psicopedagógicas integradas, baseadas em observações detalhadas e registros contínuos, possibilitaram identificar progressos sutis em habilidades de linguagem, resolução de problemas, autorregulação emocional e desenvolvimento de competências socioemocionais, aspectos essenciais para a aprendizagem significativa (Krieger, 2013; Claro, 2018).

As reuniões de formação docente constituíram espaços estratégicos de reflexão coletiva, permitindo que os professores compartilhassem experiências, dúvidas, estratégias pedagógicas e desafios enfrentados em sala de aula. Nessas ocasiões, foi possível perceber que a articulação entre teoria e prática favoreceu a construção de um ambiente inclusivo, no qual os educadores compreenderam melhor os processos de aprendizagem e desenvolvimento infantil. A formação continuada revelou-se essencial para que os professores se reconhecessem como agentes de transformação, capazes de adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades diversificadas de seus alunos, desenvolvendo competências para atender às demandas de um contexto educacional plural (Nóvoa, 2002; Almeida, 2007).

Além disso, os encontros fortaleceram o vínculo entre docentes e psicopedagogo, ampliando a compreensão sobre a relevância de intervenções preventivas, planejadas e colaborativas, que permitem superar obstáculos de aprendizagem antes que se consolidem em déficits estruturais. Observou-se que a troca de experiências e o diálogo contínuo favorecem a criação de estratégias coletivas, estimulando a reflexão crítica, a empatia pedagógica e o desenvolvimento de práticas inclusivas mais eficazes.

Os encontros com as famílias demonstraram a importância da corresponsabilidade no processo educativo, permitindo que os responsáveis compreendessem melhor os desafios enfrentados pelos filhos e recebessem orientações sobre estratégias de estímulo em casa e a importância do acompanhamento regular da aprendizagem. A participação ativa das famílias nas atividades e reuniões contribuiu para fortalecer o vínculo escola-família, ampliar a rede de apoio social e valorizar o papel educativo dos pais, confirmando que a família constitui um agente central na construção de trajetórias escolares bem-sucedidas (Souza; Silva; Fantacini, 2016; Bossa, 2007).

Observou-se, ainda, que a presença familiar influenciou positivamente a motivação das crianças, sua segurança emocional e sua capacidade de desenvolver habilidades sociais, evidenciando que a inclusão escolar envolve necessariamente a integração entre escola e contexto familiar. Estudos recentes sobre educação inclusiva reforçam que a colaboração contínua entre família e escola potencializa resultados acadêmicos e socioemocionais e contribui para a permanência do aluno no ambiente escolar (Florian; Black-Hawkins, 2011; Loreman, 2010).

A análise dos dados coletados permitiu identificar categorias centrais de intervenção psicopedagógica, incluindo a valorização da diversidade, a promoção da inclusão, a construção de práticas pedagógicas adaptadas, o fortalecimento da cultura colaborativa entre professores e a ampliação do envolvimento familiar. Estes achados corroboram a literatura sobre psicopedagogia institucional, que enfatiza a necessidade de integrar teoria, prática e contexto social para favorecer a aprendizagem e prevenir dificuldades escolares (Pichon, 1988; Grassi, 2013; Florian; Linklater, 2010).

A análise de conteúdo dos dados seguiu um processo sistemático composto por diferentes etapas. Inicialmente, todas as entrevistas, atas e observações foram transcritas integralmente, promovendo uma leitura exaustiva e exploratória (fase de pré-análise). Em seguida, procedeu-se à codificação inicial (open coding), identificando unidades de sentido relevantes para os objetivos do estudo. Os códigos gerados foram então agrupados em categorias intermediárias (codificação axial), as quais originaram as categorias finais de análise, definidas pela frequência, relevância teórica e convergência temática. A triangulação de fontes (entrevistas, observações e registros escolares) garantiu maior confiabilidade interpretativa. A análise foi realizada de forma manual, utilizando planilhas para sistematização dos códigos e categorias, conforme o modelo proposto por Bardin (2016).

Os resultados indicam que o trabalho psicopedagógico não deve se restringir à intervenção individual com crianças, mas atuar de maneira abrangente, promovendo articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e estratégias de inclusão social, com vistas à construção de uma educação equitativa e de qualidade.

Embora tenham sido observados avanços significativos, desafios persistentes, como a limitação de recursos pedagógicos, a sobrecarga de trabalho dos professores e a necessidade de maior tempo para consolidação das práticas, foram identificados como barreiras à implementação plena das estratégias. Tais limitações reforçam a necessidade de políticas públicas educacionais consistentes que sustentem a formação continuada, promovam o fortalecimento de equipes interdisciplinares e ampliem programas voltados à inclusão e ao acompanhamento psicopedagógico. Superar esses desafios é fundamental para garantir que práticas preventivas e inclusivas possam se consolidar de maneira contínua e sustentável, promovendo uma educação de qualidade para todos os alunos (Di Santo, 2007; Nogaro *et al.*, 2014).

A intervenção psicopedagógica estruturou-se em três eixos principais:

1. Acompanhamento das trajetórias de vida e escolarização: permitiu compreender o contexto integral da criança, considerando aspectos biológicos, cognitivos, afetivos e sociais. O mapeamento realizado a partir de prontuários, documentos de matrícula e atividades práticas possibilitou identificar fatores de risco e proteção, subsidiando intervenções preventivas, planejadas e personalizadas. Observou-se que crianças com dificuldades específicas apresentaram maior progresso quando a intervenção considerou estratégias pedagógicas individualizadas, estímulo socioemocional, adaptação do ambiente de aprendizagem e fortalecimento do vínculo afetivo com educadores e familiares (Krieger, 2013; Pitombo, 2004);
2. Participação nas reuniões de formação docente: consolidou-se como espaço privilegiado de troca de saberes e reflexão crítica, contribuindo para práticas pedagógicas inclusivas e fortaleci-

mento da cultura colaborativa entre professores e psicopedagogo. As atividades abordaram instrumentos de apoio, estratégias adaptadas para alunos com deficiência ou transtornos de aprendizagem e reflexões sobre políticas públicas de inclusão, permitindo integração consistente entre teoria, prática e contexto (Almeida, 2007; Nóvoa, 2002; Florian; Black-Hawkins, 2011).

3. Encontros com as famílias: possibilitaram estreitar relações entre escola e comunidade, sensibilizando os pais para seu papel de protagonistas no processo educativo. A articulação com a Coordenação de Educação Especial ampliou a compreensão das políticas municipais de inclusão e consolidou a integração entre escola, família e comunidade. Os encontros abordaram aspectos emocionais, sociais e educativos, promovendo maior participação familiar, fortalecimento da autoestima infantil, avanços no comportamento e aprendizagem e incentivo à continuidade do acompanhamento pedagógico em casa (Souza, Silva; Fantacini, 2016; Bossa, 2007).

Em síntese, a intervenção psicopedagógica contribuiu para:

- Mapeamento de fatores de risco e proteção;
- Formação continuada de professores;
- Fortalecimento da parceria escola-família;
- Criação de espaços de diálogo entre atores educacionais;
- Valorização de práticas pedagógicas inclusivas.

Os desafios identificados reforçam a necessidade de políticas públicas sólidas que sustentem e ampliem experiências desta natureza, consolidando uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Observa-se, portanto, que a psicopedagogia escolar não se limita à intervenção pontual com alunos, mas atua de forma estratégica, articulando teoria, prática e contexto social, promovendo mudanças significativas na cultura escolar, fortalecendo redes de apoio e contribuindo para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva e participativa (Florian; Linklater, 2010; Nogaro *et al.*, 2014; Pichon, 1988).

Adicionalmente, os resultados apontam que a psicopedagogia escolar funciona como mediadora de mudanças institucionais, estimulando a reflexão crítica sobre políticas educacionais, promovendo o desenvolvimento de competências socioemocionais, cognitivas e comportamentais, e incentivando práticas inovadoras que consideram a singularidade de cada criança. A integração entre diferentes atores – psicopedagogos, professores, famílias e coordenação escolar – demonstra que a aprendizagem é fruto de processos colaborativos, contextualizados e dinâmicos, capazes de gerar impactos duradouros na trajetória educacional e no desenvolvimento integral das crianças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a relevância da atuação do psicopedagogo em diferentes contextos, destacando especialmente sua função nas unidades escolares, mas também em campos clínicos, hospitalares e comunitários, o que demonstra a amplitude e a complexidade de seu campo de atuação. No contexto educacional, a intervenção psicopedagógica mostrou-se essencial não apenas para

a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem, mas também para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas individualizadas, adaptadas às necessidades específicas de cada criança, e para a promoção de práticas inclusivas.

A experiência relatada revelou que a psicopedagogia escolar não se limita à intervenção direta com as crianças, mas desempenha um papel estratégico como mediadora entre docentes, gestores e famílias, favorecendo uma visão integrada do processo educativo. O mapeamento das crianças realizado no início da intervenção constituiu-se em uma etapa crucial, permitindo conhecer trajetórias de vida, identificar fatores de risco e proteção, compreender potencialidades individuais e construir ações contextualizadas junto a educadores e familiares. Essa etapa mostrou-se determinante para que as intervenções fossem direcionadas de forma adequada, respeitando as especificidades de cada criança e fortalecendo a corresponsabilidade no processo educativo.

Nos resultados, observou-se que crianças com dificuldades específicas apresentaram progresso significativo quando o acompanhamento psicopedagógico considerou simultaneamente dimensões cognitivas, afetivas e sociais. Entre os benefícios observados destacam-se:

No desenvolvimento cognitivo: crianças apresentaram avanços em linguagem oral e escrita, compreensão de conceitos matemáticos básicos, raciocínio lógico e capacidade de resolução de problemas. A intervenção individualizada e adaptada possibilitou que cada estudante progredisse de acordo com seu ritmo, respeitando suas potencialidades e dificuldades;

No desenvolvimento socioemocional: houve fortalecimento da autoestima, autonomia, capacidade de autorregulação emocional e habilidades de cooperação e empatia. Crianças demonstraram maior segurança para participar de atividades coletivas, expressar sentimentos e interagir positivamente com colegas e professores;

Na motivação e engajamento escolar: o acompanhamento psicopedagógico, aliado ao estímulo familiar e docente, promoveu maior interesse das crianças pelas atividades, participação ativa em sala de aula e engajamento nos processos de aprendizagem, impactando positivamente no aproveitamento escolar e na percepção de escola como espaço acolhedor;

Para professores e equipe pedagógica: as reuniões de formação continuada e os encontros de acompanhamento pedagógico favoreceram a reflexão sobre práticas educativas, ampliaram o repertório de estratégias inclusivas e colaborativas, e estimularam maior segurança e autonomia no planejamento e execução de atividades adaptadas;

Para famílias: os encontros possibilitaram orientação sobre estratégias de estímulo em casa, conscientização sobre a importância da parceria com a escola e participação ativa no desenvolvimento da criança, fortalecendo vínculos afetivos, responsabilidade compartilhada e apoio socioemocional.

A intervenção também contribuiu para a consolidação de uma rede municipal de acompanhamento, fortalecendo o diálogo entre escola e políticas públicas por meio da articulação com a Coordenação de Educação Especial da SEMED/Japaratuba. A participação ativa de gestores e professores demonstrou comprometimento, receptividade e interesse pela formação continuada.

Apesar dos avanços observados, desafios estruturais e institucionais persistem, como a limitação de recursos pedagógicos, sobrecarga de trabalho docente e necessidade de maior tempo para con-

solidação das práticas psicopedagógicas. Estes obstáculos reforçam a urgência de políticas públicas permanentes que garantam formação continuada, fortalecimento de equipes interdisciplinares e expansão de programas de acompanhamento psicopedagógico.

Os resultados indicam que a atuação do psicopedagogo não se restringe à intervenção pontual ou corretiva, mas envolve o desenvolvimento de estratégias institucionais que favorecem a cultura da inclusão, a promoção do protagonismo infantil e a integração interprofissional. Essa perspectiva reforça que o impacto da psicopedagogia se estende para além da aprendizagem acadêmica, influenciando práticas de gestão escolar, planejamento pedagógico coletivo e formulação de políticas educacionais locais, mostrando-se uma ferramenta estratégica para o fortalecimento de redes educacionais colaborativas e inclusivas.

Adicionalmente, os achados desta pesquisa indicam que as estratégias psicopedagógicas desenvolvidas podem e devem ser estendidas às demais escolas da rede municipal, contribuindo para a padronização de práticas preventivas, o fortalecimento da formação continuada de professores e o estabelecimento de uma cultura colaborativa em todo o município. Essa ampliação potencializa os efeitos positivos observados, promovendo a inclusão, o protagonismo infantil e a valorização da diversidade em diferentes contextos escolares, impactando significativamente a qualidade da educação infantil no município como um todo.

Por fim, esta pesquisa não se propõe a apresentar um modelo único de intervenção, mas sim compartilhar uma experiência que possa inspirar práticas em contextos educacionais similares. Reafirma-se a relevância da psicopedagogia escolar como campo de pesquisa e atuação, comprometido com a promoção da aprendizagem, da inclusão, da formação docente contínua e do desenvolvimento humano integral. As reflexões advindas desta experiência demonstram que a psicopedagogia é um agente transformador, capaz de articular escola, família e comunidade, consolidando práticas pedagógicas democráticas, éticas e socialmente responsáveis, essenciais para a construção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

Além disso, esta pesquisa reforça que a atuação do psicopedagogo na Educação Infantil é estratégica para a promoção de uma escola inclusiva, humanizada e colaborativa. As práticas desenvolvidas contribuem para o fortalecimento de redes de apoio, estimulam o desenvolvimento integral da criança e oferecem subsídios para políticas públicas educacionais mais efetivas e contextualizadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. de. **Da educação especial à educação inclusiva?** A propositade “inclusão escolar”. Anped, 2007.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Psicopedagogia. **Categorias de associados.** São Paulo: Disponível em: <https://www.abpp.com.br/sejaassociadocategoriadeassociados.html>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 2011.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. 2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica_educacional.pdf. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. 2008. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.612**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 6 jul. 2025.

BRASIL. **Manual de orientação**: programa de implantação de sala de recursos multifuncionais. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 13**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/multifuncional.pdf>. Acesso em: 8 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 maio 2025.

CLARO, G. R. **Fundamentos da psicopedagogia**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DI SANTO, J. M. R. **A ação psicopedagógica e a transformação da realidade escolar**. São Paulo: Unisal, 2007.

FERNANDEZ, A. **O saber em jogo**: A psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

Florian, L.; Black-Hawkins, K. Exploring inclusive pedagogy. **British Educational Research Journal**, v. 37, n. 5, p. 813-828, 2011.

GIL, A. C. Entrevista. */n: Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: ATLAS, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

GRASSI, T. M. **Psicopedagogia**: um olhar, uma escuta. Curitiba: Intersaberes, 2013.

KRIEGER, M. G. T., SILVA, K. C. da, MAIA, C. M., JUSTO, J. C. R. **Psicodinâmica da aprendizagem**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MENDES, M. Psicopedagogia institucional: uma proposta de intervenção. Artigo. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, v. 19, n. 51, 2000.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. */n: Minayo, M. C. S.; Deslandes, S. F.; Romeu, G. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-30.

MORANDI, F. **Introdução à pedagogia**. [Tradução Lia Zatz]. São Paulo: Ática, 2008.

NOGARO, A. *et al.* Pensando a aprendizagem na perspectiva da psicopedagogia institucional. */n: Jornadas Transandinas de Aprendizaje*, 15, 2014. La Plata. **Anais[...]**, La Plata, Transandinas, 2014. p. 166-175.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: EDUCA, 2002.

PICHON-RIVIÈRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PITOMBO, E. M. Uma leitura histórica de faces que se tocam: psicopedagogia, psicologia e pedagogia. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 9, n.9, p. 50-54, 2004.

QEDU. **Japaratuba**: Ideb 2022. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/2803302-japaratuba/censo-escolar>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SANTOS, R. A. **O psicopedagogo na instituição escolar**: intervenções psicopedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. Disponível em: <http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/artigos.htm>. Acesso em: 22 jul. 2025.

SOUSA, D. R.; SILVA, R. N.; FANTACINI, R. A. F. Ensino colaborativo: benefícios e desafios. **Educação**, v. 6, p. 91-105, 2016.

TRIVIÑOS A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas; 1987.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente.** Trad. José Cipolla Neto *et al*/ii. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

1 Mestre em Educação pelo PPED/UNIT. Pós-graduada em Magistério Superior pela Universidade Tiradentes e em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Faculdade Jardins. Graduada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes. Membro do Grupo de Pesquisa Docência, Avaliação, Currículo e Contemporaneidade (GPDACC). Professora do Centro Educacional Irmã Cecília Pranger do Município de Japaratuba/SE. e-mail: tiscimlima@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7582-5881>

2 Doutora em Educação pela Universidade Tiradentes. Atualmente é psicopedagoga/professora concursada - Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura de Aracaju/SE. Membro do Grupo de Pesquisa Docência, Avaliação, Currículo e Contemporaneidade (UNIT) e Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva (Núpita- UFS). Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9739867713346850>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2654-8683>

3 Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade Tiradentes e do quadro permanente da Secretária Estadual de Ensino de Aracaju/Sergipe/Brasil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Docência, Avaliação, Currículo e Contemporaneidade (UNIT). E-mail: andreaknunes@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5833-2441>

Recebido em: 23 de Setembro de 2025

Avaliado em: 10 de Novembro de 2025

Aceito em: 18 de Fevereiro de 2026



**A autenticidade desse artigo
pode ser conferida no site
<https://periodicos.set.edu.br>**

Copyright (c) 2026 Revista Interfaces
Científicas - Educação



Este trabalho está licenciado sob uma
licença Creative Commons Attribution-
NonCommercial 4.0 International License.